



## Repensando Karl Marx a partir de uma perspectiva de gênero: a mulher numa concepção marxiana

Marcele de Moraes Silva<sup>1</sup>  
Neide Queiroz de Andrade<sup>2</sup>

### RESUMO

Este artigo pretende analisar como a noção de mulher se relaciona com a concepção de ser humano no pensamento marxiano. Através das considerações sobre as mulheres, que se destacam, sobretudo, quando Marx discute a reprodução e a divisão do trabalho, é possível perceber que as atividades das mulheres aparecem acompanhadas de um caráter natural. Essa naturalização se torna um problema à teoria marxiana se considerarmos o aspecto autocriativo e histórico da sua concepção de ser humano. Essas duas últimas noções, em conjunto com a noção de "produtivo", são fundamentais para a categoria trabalho, o que pode gerar problemas no reconhecimento de determinadas atividades, como o trabalho doméstico, realizado historicamente por mulheres. Diante disso, tais problemas, além de sugerirem que a natureza da mulher é a-histórica, traz questões a serem levantadas quanto ao caráter revolucionário do proletariado identificado por Marx.

Palavras-Chave: Marx; trabalho; mulheres; natureza; ser humano.

Recebido em 29/12/2020  
Aceito para publicação em 11/12/2021

### Introdução

Entre os clássicos da sociologia – Karl Marx, Émile Durkheim, Max Weber e Georg Simmel – como apontam Marshall e Witz (2004), a modernidade aparece como um evento que fornece as condições para o abandono da tradição, o que permite o desenvolvimento do indivíduo moderno. Contudo, a mulher

---

<sup>1</sup>Graduada em Ciências Sociais/Bacharelado pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: marcelemmorais@gmail.com..

<sup>2</sup> Graduada em Comunicação Social/Jornalismo pelas Faculdades Integradas Aeso Barros Melo. Especialista em Direitos Humanos pela Universidade Católica de Pernambuco. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: neidequeirozdeandrade@gmail.com.

ocupa uma posição diferente dentro desse panorama porque não aparece como indivíduo completamente agenciado, moderno e social dentro das teorias clássicas - pelo contrário, ela aparece como mais próxima da natureza. Nesse sentido, possuindo como foco a obra de Karl Marx (2002; 2004), temos como intenção lançar mão de um olhar que parte da perspectiva de gênero a fim de explicitar a posição que a mulher ocupa na sua teoria e, conseqüentemente, na modernidade. Para realizar tal exercício, partiremos da conceituação da categoria trabalho que perpassa a maneira pela qual o homem age e se relaciona com a natureza, e que também está diretamente associada com a noção de classe social. Essa segunda é fundamental na sua teoria da mudança social, pois ela é o agente que promove tal mudança. Contudo, como perceberemos ao longo do artigo, o trabalho realizado por mulheres não faz parte das análises de Marx (2002; 2004), bem como o trabalho doméstico não é considerado trabalho, por não ser produtivo. A consequência disso é o fato de que as mulheres não se encaixam em nenhuma classe social tendo em vista que seu trabalho não é considerado como tal, o que pode nos dar pistas para compreender o modo como a natureza da mulher é teorizada do ponto de vista marxiano.

Partiremos de uma breve exposição sobre a acumulação primitiva para demonstrar o processo de formação da propriedade privada, que se torna um problema central em “Manuscritos Econômicos-Filosóficos” (2004), o qual também iremos nos debruçar a fim de reconstruir sua “antropologia filosófica”. A partir do debate sobre trabalho alienado, a discussão será articulada com a noção de mercadoria, que é constituída por valor de uso e valor de troca, sendo esse último fundamental para a produção de valor no modo de produção capitalista. Tal percurso é necessário para demonstrar como e porque o trabalho doméstico não é considerado trabalho, a partir das conceituações de Marx. Em um segundo momento, nos ateremos a “A Ideologia Alemã” (2002), que nos fornece bases para compreender a divisão do trabalho e em que posição as mulheres estão nesse contexto. Além disso, nesse momento, também discutiremos o sujeito da revolução em Marx. Por fim, utilizaremos das contribuições de Sydie (1994), Brown (2012) e Federici (2017), para discutir porque as mulheres são seres a-históricos no pensamento marxiano e como sua exclusão constrói uma ideia de revolução de caráter masculinista.

Homem, natureza e relações de produção na modernidade

Ao analisar o processo de estruturação do capitalismo, Marx (2017) critica a ideia de uma transição pacífica do feudalismo para o capitalismo, onde

existia, por um lado, uma “*elite laboriosa e parcimoniosa*”, que acumulava bens, e, por outro, “*vadios a dissipar tudo o que tinham*”, que gastavam os bens (Marx, 2017). Para Marx, essa é uma interpretação fantasiosa, o processo de acumulação primitiva é marcado pela violência, conquista e subjugação.

Em um primeiro momento, é preciso que dinheiro e mercadoria sejam transformados em capital. Mas só é possível sob condições específicas: com a existência dos possuidores de dinheiro, meios de produção e de subsistência; e dos trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho. Com essa polarização, ocorre a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho. Esse é um processo que transforma os meios sociais de subsistência e produção em capital que, por sua vez, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados. Então, a acumulação primitiva é, na verdade, o processo de separação de trabalhador e meio de produção de forma violenta, o que constitui a pré-história do capital (Marx, 2013). O ponto de partida do desenvolvimento que deu origem tanto ao trabalhador assalariado, como ao capitalista, foi a subjugação do trabalhador.

Sabendo disso, a análise de Marx se concentra no contexto inglês porque considera a expropriação em sua forma clássica. O processo de expropriação da terra pertencente à população rural indica que o primeiro passo da revolução que cria as bases do modo de produção capitalista acontece no último terço do século XV e nas primeiras décadas do século XVI, quando uma massa de proletários livres é lançada ao mercado de trabalho em decorrência da dissolução dos séquitos feudais. Isso foi impulsionado pelo florescimento da manufatura de lã, dando impulso à violência dos usurpadores, aqui, a alta nos preços também fez com que as terras agrícolas se transformassem em pastagens. Além disso, um outro impulso foi a Reforma Protestante, que resultou no roubo de bens e terras da Igreja, que foram dados de presente ou vendidos por preços irrisórios a especuladores. A propriedade garantida por lei aos camponeses empobrecidos foi confiscada. O Estado foi indenizado com impostos e a lei de assentamento foi outorgada. Ainda no contexto inglês, a Revolução Gloriosa (1688-1869) contribuiu para a formação de uma burguesia constituída por uma ampla aliança entre capitalistas rurais, comerciais, financeiros e manufactureiros e esse grupo curvava o aparato estatal aos seus interesses. Por fim, as leis para o cercamento da terra comunal representam decretos mediante os quais os proprietários fundiários se presenteiam a si mesmos com propriedade privada. Esse roubo sistemático da propriedade comunal, junto com o roubo dos domínios estatais, subjugou a população rural à indústria, como proletariado.

### a. Trabalho e mercadoria

O processo de acumulação primitiva, descrito anteriormente, nos permite conceber a formação da propriedade privada capitalista, elemento esse que Marx (2004), através de uma crítica à economia política - mais especificamente à Adam Smith, David Ricardo e Edward Say - constrói sua própria concepção, pois tais economistas a tratam como uma lei natural, ignorando seu caráter histórico. Na perspectiva desses economistas, o trabalho humano era percebido apenas como mais um dos componentes da atividade capitalista de produção, aspecto que representa um problema para Marx e ocupa lugar importante na sua crítica à economia política na medida em que concebe o trabalho como a base de toda atividade humana (Ranieri, 2004).

Dessa forma, Marx (2004) comenta alguns trechos dos economistas clássicos e deles são retiradas conclusões acerca do modo pelo qual a propriedade privada, o trabalhador, a troca, a concorrência, a terra são teorizadas, são algumas delas:

*O trabalhador se torna uma mercadoria mais barata quanto mais mercadoria produz (...) a valorização do mundo das coisas implica na desvalorização do mundo dos homens (...) o trabalho não produz apenas mercadorias, produz a si mesmo e ao trabalhador” (Marx, 2004, p.80).*

Partindo disso, Marx (2004) constrói suas afirmações a partir da relação com o objeto que o trabalhador produz, que o defronta como um ser estranho, como um poder independente dele. O que significa dizer que o trabalhador não se apropria, nem faz uso do objeto produzido. Sabendo que ele não possui seu próprio produto, o trabalhador necessita vender a si mesmo para sobreviver, o que justifica a afirmação de Marx (2004) segundo a qual o trabalho não produz só objetos como mercadorias, mas produz também o homem como uma mercadoria. Esse fenômeno, denominado como *alienação*, é essencial para compreender as relações de produção na sociedade moderna, visto que o trabalho do homem, que é objetificado em um produto e estranhado porque não o pertence, utiliza, agora, a força de trabalho contra o próprio trabalhador. É um processo constante de produção e estranhamento. Dentro desse processo de realização do trabalho, a consequência é que quanto mais o trabalhador se desgasta realizando trabalho, mais pobre se torna, mais poderoso se torna o mundo objetivo e menos ele pertence a si mesmo.

Para compreender melhor o estranhamento, faz-se necessário compreender a relação do homem com a natureza, que ocupa papel fundamental

no pensamento marxiano, pois fornece a matéria-prima que torna possível tanto a efetivação do trabalho, quanto a sua reprodução e os meios de vida, conceito que possui sentido duplo: 1) meio de vida como objeto para realizar trabalho e 2) meio de vida como subsistência física do trabalhador (Marx, 2004). Características que tornam evidente a servidão ao objeto, porque para o trabalhador ter acesso aos meios de vida, é preciso se submeter ao objeto, ao trabalho. Nesse contexto, o autor demarca uma distinção entre sujeito físico e trabalhador: apenas como trabalhador é possível se manter como sujeito físico e apenas como sujeito físico é possível se manter como trabalhador. Isso ocorre porque, como trabalhador, possui acesso aos objetos que permitem a realização do trabalho, como aos meios de vida que permitem sua subsistência.

Indo além, Marx (2004) ainda aponta esse estranhamento como um fenômeno que ocorre não apenas ao fim da produção do objeto, mas também no ato de produção, como exteriorização ativa. Essa exteriorização consiste no trabalho externo ao trabalhador, que não pertence ao seu ser, porque ele trabalha para o outro e não para si mesmo. A consequência disso é que o trabalhador apenas se sente junto de si quando está fora do trabalho e fora de si no seu trabalho. É daí que Marx conclui que esse trabalho é obrigatório, não o meio de satisfação de necessidades, nem de acesso aos meios de vida.

Diante de tais problemas, o autor se concentra em desenvolver o que o trabalho significa para o homem. Para tanto, discute primeiramente o que é o homem e afirma que *“o homem é um ser genérico não somente quando faz do gênero o seu objeto, mas quando se relaciona consigo mesmo como ser universal e livre”* (Marx, 2004, p.83). Faz-se importante ressaltar que o ser genérico diz respeito ao homem enquanto espécie, enquanto gênero humano. Nesse contexto, fazer do gênero objeto significa que não há distinção entre o natural e o social, essas duas dimensões não se diferenciam, o que só pode ocorrer quando o homem se relaciona consigo mesmo como ser universal e livre, ou seja, em um trabalho não estranhado. Além disso, essa universalidade diz respeito ao fato de que o homem faz da natureza o seu corpo na medida em que ela é tanto um meio de vida imediato como um instrumento da sua atividade vital (Marx, 2004). Em outras palavras, o homem vive da natureza e é nisso que consiste a vida genérica.

Dito isso, quando o trabalho estranhado aliena a natureza e o homem de si mesmo, ela também aliena do homem o gênero humano. Porque, para Marx, o trabalho é o meio que possibilita ao homem, por meio de sua relação com a natureza, se realizar como um ser genérico, satisfazendo suas necessidades. O

trabalho estranhado inverte essa relação quando torna a atividade vital, a essência do homem, um meio de vida. Essa atividade vital é objeto da consciência e da vontade do homem e ela assim o é porque o homem é um ser consciente e por isso que sua atividade é livre. Nesse sentido, quando realiza trabalho livre e constrói um mundo objetivo, o homem pode se contemplar em um mundo criado por ele mesmo. A partir desses argumentos, o autor compreende o trabalho estranhado como produto da propriedade privada (Marx, 2017) e, quando a sociedade alcançar a emancipação dessa última, a emancipação de todos os trabalhadores será alcançada (Marx, 2004). Essa representa a emancipação humana universal porque toda a humanidade está envolvida na relação do trabalhador com a produção.

Diante disso, Marx (2017), se volta para demonstrar como um produto se torna mercadoria, percurso fundamental porque é esse processo que demonstra de que modo ele se insere num mercado capitalista para produzir consequências anteriormente descritas nas vidas dos homens. Portanto, para desvendar as regras de operação do modo de produção capitalista, Marx (2017) parte da mercadoria e de seus elementos para tal exercício, são eles: “valor de uso” e “valor de troca”; “trabalho concreto” e “trabalho abstrato”; “forma equivalente de valor” e “forma relativa de valor” e “fetichismo da mercadoria”. Contudo, para este artigo, a discussão se concentra sobretudo no “valor de uso” e “valor de troca” porque esses permitem a compreensão do nosso argumento. Podemos afirmar, então, que a mercadoria é capaz de satisfazer necessidades na medida em que estão encerradas em uma utilidade para o indivíduo que a consome, o que Marx chama de valor de uso. Por esse conceito, podemos entendê-lo como a utilidade de uma mercadoria, o que tem a ver com seu conteúdo, isto é, com seu aspecto material e as propriedades materiais que o constituem como uma mercadoria. Além disso, para que seja considerado mercadoria, o objeto deve não apenas ter valor de uso, mas também de troca e, a partir daí, a acumulação de mais capital para apropriação do capitalista e reprodução da classe burguesa (Marx, 2017).

### ***b. Divisão do trabalho e classes***

A concepção de trabalho e de ser humano discutida retorna em “A Ideologia Alemã” e perpassa a concepção de história desenvolvida nesse livro. Nessa obra, Marx e Engels (2002) apresentam uma crítica aos filósofos idealistas e demonstram a relação direta entre consciência e condições de existência, associando essas duas noções à divisão do trabalho. Primeiramente,

sua crítica aos filósofos idealistas, sobretudo aos jovens hegelianos, se deve ao fato de que esses partem das ideias para pensar a realidade, o que representa um problema para Marx e Engels, porque, em seu argumento, esse caminho se afasta da realidade material. Essa última assume importância central uma vez que indica as condições materiais de existência - os recursos que os homens têm disponíveis para satisfazer suas necessidades - como as bases reais que permitem pensar a realidade social, portanto, o ponto de partida para compreender a sociedade devem ser as bases naturais e sua transformação promovida pela ação dos homens ao longo da história (Marx e Engels, 2002). Nesse sentido, a diferença entre o homem e os outros animais é dada através da capacidade de produzir seus meios de existência, o que implica na produção da vida material que, por sua vez, depende da natureza dos meios de existência que já estão dados. Ser e produzir, portanto, são coisas que aparecem relacionadas no pensamento marxiano. Para os autores, a história universal não consiste nas ideias, como pensavam os idealistas, mas diz respeito à autocriação do homem e da natureza através do trabalho. Isso porque o trabalho é a atividade vital do homem, sua essência, então, quando o homem realiza seu trabalho, ele renova seus próprios interesses, transforma a natureza e produz sua própria existência material (Marx e Engels, 2002).

Partindo de tais considerações, a consciência no pensamento marxiano também é compreendida dentro desse conjunto de relações materiais. Rejeitando as abstrações dos idealistas e a concepção de uma consciência “pura”, Marx e Engels apontam que a consciência está diretamente relacionada à matéria. Para chegar a essa afirmação, primeiramente afirmam que a consciência é um produto social, porque é a consciência de um meio sensível, da interdependência de outras pessoas e da natureza (Marx e Engels, 2002). Cabe ressaltar, ainda, que a consciência aparece primeiro em sua forma animal, através da consciência da natureza, também chamada de “*religião da natureza*”, que encontra uma série de limitações tendo em vista que “*a natureza ainda não foi modificada pela história*” (Marx e Engels, 2002, p.25). Ao mesmo tempo, a consciência da interdependência implica a consciência de que o homem vive em sociedade, que começa a se desenvolver com o aumento das necessidades e do crescimento populacional. Tais fatores permitem o surgimento da divisão do trabalho que se desenvolve a partir da divisão entre trabalho material e trabalho intelectual. No entanto, esse desenvolvimento acaba por afetar diretamente as forças produtivas, a consciência e o estado social, fazendo que estas entrem em contradição, porque a separação entre trabalho material e trabalho intelectual se

tornam produções que são distribuídas de maneira desigual em qualidade e quantidade.

Diante do exposto, nota-se que rejeitando as ideias como princípio explicativo da realidade, Marx e Engels partem da realidade material, da atividade e das relações materiais entre os homens para compreender o mundo social, pois, como materialistas, julgam apenas esse meio como caminho possível de se aproximar dos problemas sociais concretos, e conseqüentemente, propor soluções práticas efetivas. Para Marx e Engels (2002), a própria sociedade civil é o lugar que permite a observação da história na medida em que nos fornece pistas para compreender suas transformações.

No *Manifesto do Partido Comunista*, Marx e Engels (2012) destacam que a história da humanidade é uma história de luta de classes. Os autores retomam a historicidade ao lembrar dos patrícios e plebeus na Roma Antiga, dos homens livres e dos escravos, e argumentam que a luta travada de forma ininterrupta sempre leva a uma revolução para que uma nova configuração de classes se desenvolva. Os autores pontuam ainda, que, no que diz respeito à sociedade moderna, há sobretudo duas grandes classes, que podem ser divididas em burguesia – a classe dominante – e proletariado (ou trabalhadores) – a classe dominada. Essas classes sociais são organizadas a partir das relações com os meios de produção – se os possuem ou não -, da consciência de que são explorados e identificação com outros na mesma situação e, ainda, organização política entre os pares (Sydie, 1994). Essas características são importantes para compreender o ponto de partida que fundamentará a teoria marxiana na análise da sociedade moderna e, sobretudo, as soluções que propõe para a libertação do homem.

O caráter revolucionário da burguesia é um destaque na teoria marxiana, não apenas porque derrubou os poderes absolutos da Idade Média para instituir um novo regime governamental e de classes, mas porque, para se manter no poder, a burguesia revoluciona constantemente as relações. Um dos meios para revolução contínua das relações sociais a partir da classe burguesa se expressa no chamado *fetichismo da mercadoria*, que Marx (2017) explica como sendo um fenômeno de estranhamento. A mercadoria, produzida pelo trabalho do homem, objetiva esse trabalho e se volta contra o homem.

Temos, diante do exposto, que a sociedade moderna para Marx se caracteriza, sobretudo, pela presença de classes sociais antagônicas, burguesia e proletariado, devido às relações que possuem com os meios de produção que, assim como ocorreu em toda a história da humanidade, travam uma luta devido

à materialização da relação entre interesses antagônicos de cada classe. Os burgueses são homens que detém os meios de produção, se apropriam do acúmulo de capital e gozam do trabalho excedente dos outros homens – os trabalhadores – aos quais é dado o valor de mercadoria, constantemente desvalorizados à medida que produzem mais mercadorias. Nesse ciclo de produção e reprodução, precisam vender cada vez mais força de trabalho. Ainda de acordo com Marx, a produção deve ser cada vez maior para que haja acúmulo de lucro pela classe burguesa. O proletariado está submetido ao trabalho estranhado, que o afasta da condição natural de existência.

Ao proletário, acredita Marx (2004), cabe a revolução para emancipação da humanidade. O autor argumenta que, sendo a classe oprimida, os trabalhadores devem se libertar e findar a propriedade privada para que, dessa forma, os homens tenham acesso aos meios de produção como uma estratégia contra o trabalho estranhado. Análises pautadas no próprio materialismo histórico, entretanto, demonstram algumas lacunas nessa produção quando analisamos a situação das mulheres na modernidade à luz da obra marxiana. Discutiremos, a seguir, as questões da posição de classe e do trabalho reprodutivo das mulheres a partir das análises de Marx.

#### A mulher no pensamento marxiano

A compreensão acerca do processo de acumulação primitiva que vimos anteriormente é renovado por Federici (2017), que o vê como algo que prejudicou, principalmente as mulheres, trazendo inúmeras perdas. Ao serem colocadas dentro do lar, adquiriram características diferentes das atribuídas por Marx à classe trabalhadora – tais como a impossibilidade de se organizar politicamente ou de ter acesso aos meios de produção e, ainda, um trabalho cujo produto não tem um valor de troca, ou seja, um trabalho que não é uma mercadoria e não gera capital para a classe burguesa diretamente, embora seja usado como um trabalho excedente, é um trabalho desvalorizado. Diante disso, trabalharemos com o seguinte questionamento: Qual é o lugar da mulher na sociedade moderna à luz da teoria marxiana? Quais são as consequências para essa teoria quando incluímos as mulheres? Algumas respostas possíveis podem ser encontradas no texto de Sydnie (1994).

Para esse exercício, retiramos dois trechos retirados da obra de Marx e, tomando como ponto de partida os conceitos trabalhados anteriormente,

construiremos reflexões sobre a posição da mulher no pensamento marxiano, bem como quais são as consequências teóricas dessa posição.

*A relação imediata, natural, necessária, do homem com o homem é a relação do homem com a mulher. Nesta relação genérica natural a relação do homem com a natureza é imediatamente a sua relação com o homem, assim como a relação com o homem é imediatamente a sua relação com a natureza, a sua própria determinação natural. Nesta relação fica sensivelmente claro portanto, e reduzido a um factum intuível, até que ponto a essência humana veio a ser para o homem natureza ou a natureza [veio a ser] essência humana do homem. A partir desta relação pode-se julgar, portanto, o completo nível de formação (die ganze Bildungsstufe) do homem. Do caráter desta relação segue-se até que ponto o ser humano veio a ser e se apreendeu como ser genérico, como ser humano; a relação do homem com a mulher é a relação mais natural do ser humano com o ser humano (Marx, 2004, p.104-105).*

Nessa primeira citação, Marx aponta que o grau de relação entre homens e mulheres é um importante indicativo do grau de desenvolvimento do homem (Brown, 2012; Sydie, 1994). Para chegar nessa conclusão, primeiramente, demonstra o aspecto dialético da relação entre homem e natureza: tendo em vista que para o homem sobreviver é necessário que ele interaja com a natureza, a adaptando às suas necessidades, a relação que ele possui com outro indivíduo é uma expressão da relação que ele mantém com a natureza (Brown, 2012; Marx, 2004). Dessa forma, fica evidente a relação dialética entre a essência humana e a natureza porque o homem depende da natureza para sobreviver, por isso torna-se possível dizer até que ponto a natureza veio a ser a essência humana do homem. É a partir dessa relação que se pode dizer em que medida o homem se tornou um ser genérico - um ser que faz do gênero seu objeto e se relaciona consigo mesmo como ser universal e livre (Marx, 2004). Dito isso, Brown (2012) aponta que a relação entre homem e mulher pode ser vista como natural em um sentido duplo: a reprodução é necessária para a continuação da espécie e para viver como ser genérico é preciso que as mulheres e os homens estejam em posição de equidade.

Entretanto, Marx (2004) e Brown (2012), deixam escapar o fato de que, apesar da reprodução ser algo que se realiza em uma dimensão biológica, a capacidade reprodutiva das mulheres também pode ser socialmente mediada,

pois como nos mostrou Silvia Federici (2017), essa capacidade foi objeto de intensos e rígidos controles durante o processo de acumulação primitiva. Nesse sentido, é possível falar em reprodução não apenas em termos biológicos, mas também como algo que passou por transformações durante o curso da história, pois um dos elementos que se fizeram importantes durante o processo de acumulação primitiva, foi o controle do corpo das mulheres o que inclui sua capacidade de reproduzir. Como Federici (2017) afirma, isso ocorreu durante o período da caça às bruxas na Europa, que era marcada por uma crise populacional tendo em vista que milhares de pessoas estavam morrendo em decorrência de doenças - e aqui é importante ressaltar que a grande maioria dos mortos eram pessoas pobres. A autora pontua, ainda, que outro fator importante foi a baixa natalidade e a relutância dos pobres em se reproduzir. Como resposta a esse momento, inúmeras leis foram introduzidas nos códigos legais europeus destinadas às mulheres que cometessem o que se passou a chamar de *crimes reprodutivos* (Federici, 2017).

O crescimento populacional tornava-se um objetivo a ser alcançado e teve seu auge com o apoio do mercantilismo que enxergava a massa de trabalhadores como aqueles capazes de trazer a prosperidade e o poder de uma nação, sabendo que um dos pressupostos do mercantilismo era o fato de que a riqueza da nação é proporcional à quantidade de trabalhadores à disposição. Então, o aumento populacional foi algo perseguido na maioria dos países, ao mesmo tempo que se estabelecia uma nova concepção de pessoa como recurso natural. Contudo, ainda antes desse momento, foram implementadas pelo Estado, na França e Inglaterra, um conjunto de medidas pró-natalistas que, em conjunto com a assistência pública, formaram o “*embrião de uma política reprodutiva capitalista*” (Federici, 2017, p.173).

De maneira geral, o Estado lançou uma guerra contra o corpo das mulheres numa tentativa de minar o controle exercido sobre o seu próprio corpo e sua reprodução. Nesse contexto, a criminalização dos métodos contraceptivos também produziu efeito negativo na vida das mulheres. Essa guerra tomou proporções ainda maiores quando levamos em consideração a época de caça às bruxas, que demonizava qualquer controle de natalidade e sexualidade não-procriativa. Por isso, a reprodução não é apenas um fato biológico, mas também pode ser considerada como uma atividade historicamente determinada (Federici, 2017).

Já um segundo trecho, que, para além de outras coisas, chama atenção porque atribui um caráter natural à divisão do trabalho, afirma que:

*Essa divisão do trabalho [entre burguesia e proletariado], que implica todas essas contradições, repousa por sua vez na divisão natural do trabalho na família e na separação da sociedade em famílias isoladas e opostas umas às outras - essa divisão do trabalho encerra ao mesmo tempo a repartição do trabalho e de seus produtos, distribuição desigual, na verdade, tanto em quantidade quanto em qualidade. Encerra portanto a propriedade, cuja primeira forma, o seu germe, reside na família onde a mulher e os filhos são escravos do homem. A escravidão, certamente ainda muito rudimentar e latente na família, é a primeira propriedade, que aliás já corresponde perfeitamente aqui à definição dos economistas modernos segundo a qual ela é a livre disposição da força de trabalho de outrem (Marx e Engels, 2002, p.27).*

Nessa citação, os autores atribuem um caráter natural à divisão do trabalho na família. Além disso, tal como revela a citação, também consideravam a mulher e os filhos como a primeira forma de propriedade. Como Sydie (1994) chama atenção, essa primeira afirmação é expandida em “A Origem da Família, do Estado e da Propriedade Privada” de Engels. Nessa obra, Engels afirma que as mulheres que criaram a noção de relações sexuais monogâmicas porque lhes apareceu como um sistema menos opressivo. Apesar disso, segundo Engels, os homens não conseguiam abrir mão dos seus desejos sexuais. A consequência dessa nova forma de se relacionar foi o surgimento de uma sociedade patrilinear na qual passou a ocorrer a transferência de riqueza para o homem na medida em que o seu reconhecimento como pai se tornou possível em decorrência do relacionamento monogâmico, bem como em decorrência do fato de que ele ficou responsável por atividades fora da esfera doméstica e que permitiam a acumulação de riquezas. Tais fatos levaram a reivindicação do próprio filho como herança, e quando isso ocorre significa o estabelecimento do patriarcado e a derrota histórica do sexo feminino (Engels apud Sydie, 1994).

Dentro desse contexto, segundo Engels, o primeiro antagonismo de classe é o antagonismo entre o homem e a mulher no casamento monogâmico e que na família moderna o homem é a burguesia e a mulher, o proletariado. No entanto, como reconhece Sydie (1994), é problemático colocar a relação entre homens e mulheres nesses termos porque são utilizados diferentes critérios para tratar a família dentro e fora da esfera doméstica, isto é, a relação com os meios

de produção se torna o critério para definir uma classe, não o sexo. A autora ainda nos chama atenção para duas citações: uma de Marx na qual ele afirma que surge naturalmente uma divisão do trabalho com bases fisiológicas e decorrentes das diferenças de sexo e idade, e outra de Engels na qual ele afirma que os homens são destinados a realizar atividades fora do lar, enquanto as mulheres devem realizar tarefas domésticas, como cozinhar e cuidar da casa. Essa suposição está diretamente relacionada com a ideia de que mulheres são mais fracas e os homens mais fortes: a força dos homens é utilizada para caçar, brigar, pescar, e a fraqueza das mulheres para reproduzir. Através de relatos antropológicos, no entanto, é possível concluir que essa suposição não é verdadeira, pois apontam que a força nunca foi decisiva na divisão do trabalho e demonstram que, em algumas sociedades, as mulheres trabalhavam junto com seus maridos (Sydie, 1994). Além disso, tal suposição também é problemática na medida em que confina a mulher à esfera doméstica, o que se configura como uma afirmação falsa quando levamos em consideração evidências históricas (Sydie, 1994).

Silvia Federici (2017) busca repensar a reprodução do trabalho na transição do feudalismo para o capitalismo a partir da história das mulheres, para tanto, observa as mudanças que o capitalismo introduziu no processo de reprodução social e no processo de reprodução da força de trabalho. Nesse sentido, ele nos dá uma boa descrição sobre como se deu o processo de exclusão das mulheres do social e como isso foi um fator fundamental para o processo de acumulação capitalista. Na Idade Média, as mulheres desfrutavam tanto de poder sobre o próprio corpo, como em sociedade, liderando grandes revoltas e realizando trabalho assalariado, mas como dito anteriormente, a crise populacional tornou possível o surgimento das condições para a construção de uma guerra contra o corpo feminino em que a mulher perdia a autonomia em relação a sua própria capacidade de reprodução na medida em que a maternidade se tornava um trabalho forçado.

Um outro aspecto dessa nova divisão do trabalho foi a desvalorização do trabalho feminino, além de perder espaço em empregos que tradicionalmente ocupavam como a realização de partos e a fabricação de cerveja, os empregos que as mulheres encontravam era os que desfrutavam de menor status: empregadas domésticas, tecelãs, bordadeiras, vendedoras ambulantes, amas de leite (Federici, 2017). Isso ocorre porque passa a predominar a ideia de que as mulheres não deviam trabalhar fora de casa: o trabalho realizado dentro de casa passou a ser considerado como não trabalho, porque não possuía valor, enquanto as que ousavam trabalhar fora de casa eram taxadas de “putas” ou “bruxas”.

Como consequência, todo trabalho feminino realizado dentro de casa era considerado tarefa doméstica, o que permitiu o surgimento da ideia de que as mulheres dispunham de tempo livre para realizar qualquer outra atividade.

Percebe-se, então, que é equivocado falar em uma concepção de divisão natural do trabalho e de reprodução como um fato natural. Quando Marx e Engels falam em uma divisão natural do trabalho, eles estão supondo que é natural que as mulheres realizem determinadas tarefas, o que é problemático levando em consideração o que foi exposto anteriormente. Além disso, é problemático também porque contraria sua concepção de ser humano como um ser histórico, que transforma a natureza e a si mesmo através do trabalho. Se é natural que as mulheres ajam de modo determinado e que realizem atividades de maneira fixa e invariável, não é possível afirmar que ela é uma ser humano histórico, posto que, para isso seja verdadeiro, é necessário que sua atividade também seja historicamente determinada - o que demonstra também sua relação mais forte com a natureza do que com o social.

Além disso, a ênfase no aspecto produtivo e autocriativo da categoria trabalho também impede que determinados trabalhos sejam considerados como tal, como é o caso do trabalho doméstico como vimos anteriormente, que é frequentemente associado ao trabalho reprodutivo, ou seja, o trabalho que não gera valor. Aspecto que está em consonância com a afirmação de Marshall e Witz (2004) de que as relações que ocorriam dentro da esfera doméstica não se configuraram como dinâmicas relevantes para a compreensão da realidade social de modo geral. Essa exclusão gera problemas para a maneira pela qual as mulheres trabalhadoras domésticas são lidas a partir de uma perspectiva de classe. A proposta de Engels de compreender a relação de mulheres e homens como uma relação entre burguesia e proletariado, como visto, não é proveitosa, porque fora da dimensão doméstica, tais termos são aplicados com base na relação que indivíduo tem com os meios de produção (Sydie, 1994). O conceito de classe está diretamente relacionado com a categoria trabalho na medida em que esse primeiro parte das possíveis relações que um indivíduo pode ter ao realizar trabalho. Por exemplo, o trabalho estranhado impede que o trabalhador que produziu um objeto se reconheça na sua essência objetiva, primeiro, porque esse objeto não lhe pertence e segundo porque esse trabalho é trabalho forçado (Marx, 2004). Em termos de relações de produção, o trabalho estranhado é característico de indivíduos que não possuem sua própria produção, aspecto que caracteriza o conceito de proletariado que, por sua vez, se configura como uma classe, o que implica dizer que um conjunto de indivíduos compartilham dessa mesma posição (Marx, 2004; Marx e Engels, 2002). Dito isso, de maneira geral,

pode-se dizer que o conceito de classe, em uma concepção marxista, está associado tanto à relação com os meios de produção, quanto à consciência comum de uma posição explorada no processo produtivo.

Percebe-se, então, que as classes são definidas em termos de atividade produtiva (Sydie, 1994). Dentro desse contexto, um outro aspecto importante para a definição de trabalho é o conceito de valor de troca porque ele gera o valor excedente, o que permite o ganho de lucro. No entanto, no caso das mulheres trabalhadoras domésticas, de fato, elas satisfazem suas necessidades com a realização do seu próprio trabalho, porém, esse trabalho possui apenas valor de uso, o que significa que ele não é trocado e não gera valor excedente (Sydie, 1994). Além disso, o trabalho doméstico também não é criativo, não gera algo novo, mas consiste na reprodução de uma série de atividades. Dito isso, a oposição entre valor de uso e valor de troca fundamenta o argumento utilizado para justificar o não reconhecimento do trabalho doméstico como trabalho produtivo. Algumas teóricas feministas realizaram o exercício de desfazer a ligação entre trabalho doméstico e trabalho reprodutivo e enquadrá-lo como trabalho produtivo uma vez que esse é o responsável por produzir a força de trabalho que, por sua vez, permite a realização do trabalho (Sydie, 1994). Posição essa que Federici (2017) está de acordo e ainda vai mais além: a autora afirma que a submissão de mulheres não pode ser justificada pelo fato de que atividades domésticas são improdutivas, mas sim devido à não remuneração desse trabalho, fato que se deve a um longo processo histórico como demonstrado anteriormente.

Dada a impossibilidade de reconhecer o trabalho das mulheres trabalhadoras domésticas como trabalho a partir de um ponto de vista marxiano, faz-se importante questionar a posição que a mulher ocupa em sua teoria. Levando em consideração que o trabalho é uma atividade que define o ser humano, sendo sua atividade vital, e esse ser humano é um ser histórico, é possível questionar se a mulher também desfruta de tal status, tendo em vista que o trabalho doméstico, atividade que historicamente é realizada por mulheres, é desconsiderado como tal. Nesse sentido, o que podemos perceber é que as mulheres estariam localizadas mais no domínio da natureza do que no domínio do social visto que sua atividade é desconsiderada e sua reprodução considerada como natural.

Por isso, entendemos que o lugar ocupado pela mulher na sociedade moderna é o de subordinação ao capital e, também, à classe trabalhadora que, devido às circunstâncias e à definição, encaixa-se apenas no gênero masculino.

As mulheres representam uma camada social colocada abaixo da classe trabalhadora que, inclusive, não tem classe (Sydie, 1994), já que as suas características não correspondem com a de nenhuma das classes elencadas. Desvalorizar esses fatos e admitir que as mulheres seguem as classes de seus maridos traz entraves à teoria marxiana.

### Considerações Finais

Marx considera a luta de classes como motor da história, são as classes oprimidas que promovem as revoluções. Tendo em vista que as mulheres não se encaixam na definição de “classe” do autor porque o trabalho que é historicamente realizado por elas, o trabalho doméstico, não está inserido nas relações de produção, o diagnóstico termina problemático. A divergência entre homens e mulheres ocorre no espaço da produção – entre o burguês que paga menos à mulher – e, principalmente, dentro de casa, por meio do trabalho reprodutivo, não pago ou mal pago, que subjuga as mulheres.

São fatos que não se isolam em consequências apenas às mulheres, mas em toda a sociedade. Trabalhadores são mais desvalorizados com o baixo custo dos trabalhos das mulheres (Federici, 2017). Se a história da humanidade é a luta de classes, devemos analisar, na materialidade, a condição das mulheres para identificar a sua produção de consciência e trabalho alienado na sociedade burguesa para, então, identificá-las como agentes da luta de classes e, portanto, seres humanos e históricos. Quanto a isso, Federici propõe trazer o gênero para especificar as relações de classe, já que o gênero define, também, a divisão do trabalho.

Se a classe revolucionária é a classe oprimida e se existe um grupo de pessoas subjugadas pela classe dos trabalhadores, podemos afirmar que existe caráter revolucionário nas mulheres, como apontam diversos estudos feministas (Sydie, 1994). Federici (2017) também demonstra que o sistema capitalista não era a única oposição ao feudalismo e que ocorriam, na Europa, diversas revoltas organizadas contra a classe dominante da época, com o objetivo de criar uma sociedade pautada na igualdade entre homens e mulheres. O caráter de resistência das mulheres foi central nesse período violento e sangrento, com organização e protagonismo em diversas revoltas e saques. As mulheres foram as que mais sofreram com as expropriações das terras. O salário, que passou a ser um instrumento de dominação dos senhores, fez aparecer vagabundos, mendigos ou trabalhadores migrantes, que não se submetiam à exploração para

dependência do salário, como uma forma de resistência (Federici, 2017). Se, na transição para a modernidade, as mulheres foram colocadas no trabalho reprodutivo e perderam a participação social que tinham antes e o poder de mobilização, como afirmamos anteriormente, não é uma questão *natural* que as coloca para o cuidado da família, mas processos históricos e sociais, apoiados, inclusive, por políticas públicas, que as colocaram dentro das casas para um trabalho que também passou por um processo de desvalorização social.

Marx (2004) aponta que a emancipação da classe trabalhadora é a chave da libertação de toda humanidade, numa pressuposição de que, libertados os trabalhadores, suas esposas estariam libertas junto (Sydie, 1994). A questão, entretanto, envolve outros problemas, isso porque não é possível pressupor uma luta de classes construída entre homens e mulheres de maneira igualitária, tendo em vista uma divisão do trabalho vista como naturalizada. Tal como o domínio da classe burguesa não levou à emancipação aos trabalhadores, a emancipação dos trabalhadores não levará à liberdade das mulheres porque essa questão de gênero possui implicações diretas na luta de classes na medida em que constrói um proletariado masculino.

#### Referências

- ALATAS, Syed Farid; SINHA, Vineeta. Introduction. **Sociological Theory Beyond the Canon**. Londres: Palgrave/Macmillan, p.1-15, 2017.
- BROWN, Heather A. **Marx on Gender and Family: a critical study**. Linden e Boston: Brill.
- FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante Editora, 2017.
- MARX, Karl. **Manuscritos Econômicos-Filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004;
- MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política. Livro I: O Processo de Produção do Capital**. São Paulo: Boitempo Editorial. [ebook], 2013;
- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política. Livro I**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017;
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2002;
- MARX, KARL. **Manifesto do Partido comunista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012;

RANIERI, Jesus. Apresentação: sobre os chamados Manuscritos econômico-filosóficos de Karl Marx. In: MARX, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, p. 11-17, 2004;

SYDIE, Rosalind A. **Natural women, cultured men: a feminist perspective on sociological theory**. Vancouver: UBC Press, 1994.

WITZ, Anne; MARSHALL, Barbara. The masculinity of the social: towards a politics of interrogation. In: WITZ, Anne; MARSHALL, Barbara (org.). **Engendering the Social: feminist encounters with sociological theory**. Berkshire: Open University Press, p.19-35.

### **Rethinking Karl Marx from a gender perspective: the woman in a Marxian conception**

#### ABSTRACT

This article aims to analyse the notion of woman in relation to the conception of “human being” in marxian theory. Through the considerations about women, which are highlighted when Marx discusses the reproduction and the labour division, it is possible to perceive that women's activities are always accompanied by a natural character. This naturalization turns into a problem for Marxian theory if we consider the historical and self-created aspect of his conception of human being. These two notions, along with the notion of “productive”, are fundamental for the “labour” category, which can bring problems for the acknowledgment of certain activities, such as domestic labour, historically done by women. Facing this situation, those problems suggest that woman's nature is a-historical and, moreover, brings questions related to the revolutionary character of proletariat identified by Marx.

Keywords: Marx; labour; women; nature; human being.